

COMPREENDER
AS POLÍTICAS
DA UNIÃO
EUROPEIA

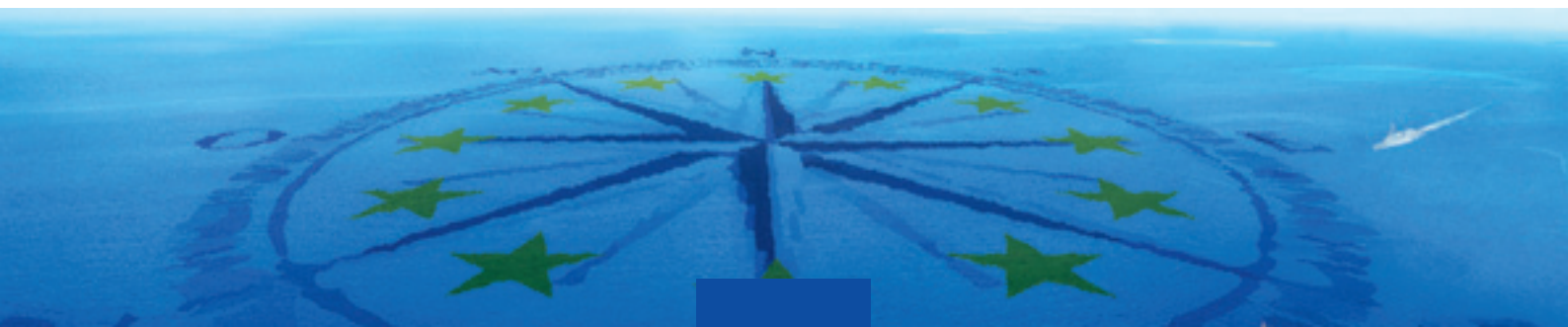
Salvaguardar
o futuro dos
nossos mares,
gerando mais
prosperidade



Assuntos Marítimos e Pescas

«Teremos de ser inteligentes na
gestão dos mares e oceanos, agora
mais do que nunca»

Maria Damanaki, membro da Comissão
responsável pelos Assuntos Marítimos
e Pescas



COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

A presente publicação faz parte de uma coleção que descreve a ação da União Europeia em vários domínios políticos, as razões da sua intervenção e os resultados obtidos.

Outros títulos disponíveis para descarregamento em linha:
http://europa.eu/pol/index_pt.htm

Como funciona a União Europeia
«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento
Os pais fundadores da União Europeia

Ação climática
Agenda digital
Agricultura
Ajuda humanitária
Alargamento
Alfândegas
Ambiente
Assuntos marítimos e pescas ✕
A União Económica e Monetária e o euro
Comércio
Concorrência
Consumidores
Cultura e audiovisual
Desenvolvimento e cooperação
Educação, formação, juventude e desporto
Emprego e assuntos sociais
Empresas
Energia
Fiscalidade
Fronteiras e segurança
Investigação e inovação
Justiça, cidadania e direitos fundamentais
Luta contra a fraude
Mercado interno
Migração e asilo
Orçamento
Política externa e de segurança
Política regional
Saúde pública
Segurança dos alimentos
Transportes

ÍNDICE

Uma economia marítima inteligente é uma economia marítima duradoura	3
Estratégia da União Europeia	4
O que faz a União Europeia	6
Próximas etapas	10
Mais informações	12

Compreender as políticas da União Europeia: Assuntos marítimos e pescas

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
Publicações
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Manuscrito atualizado em junho de 2014.

Foto da capa e da página 2: © União Europeia

12 p. — 21 × 29,7 cm
ISBN 978-92-79-38277-2
doi:10.2775/79466

Luxemburgo: Serviço das Publicações
da União Europeia, 2014

© União Europeia, 2014
Reprodução autorizada. As fotografias só podem
ser utilizadas ou reproduzidas mediante a autorização
prévia dos detentores dos direitos de autor.

Uma economia marítima inteligente é uma economia marítima duradoura

Os mares e os oceanos são essenciais para a vida humana por diversas razões: não só regulam o nosso clima como, ao longo dos séculos, nos proporcionaram alimento, transporte e lazer. Atualmente, graças ao progresso tecnológico, podem igualmente oferecer-nos medicamentos, minerais e recursos energéticos possivelmente infinitos, desde que explorados de forma responsável, com recurso a métodos seguros e no respeito do meio marinho.

Igualmente essencial é o valor económico do mar na nossa sociedade. Atualmente, 3% a 5% do produto interno bruto (PIB) da União Europeia (UE) é gerado pelo setor marítimo. Cerca de 90% do comércio externo e 43% do comércio entre países da União é realizado por via marítima. A construção naval europeia representa 10% da produção mundial e ocupa a primeira posição mundial em termos de valor da produção. Estão em atividade na Europa (na pesca ou na aquicultura) quase 100 000 embarcações. Acresce que, a par destas atividades tradicionais, outras mais recentes, como a extração de minérios e os parques eólicos, estão a conhecer uma rápida evolução.

Contudo, a exploração insustentável ameaça seriamente o frágil equilíbrio dos ecossistemas marinhos, a concorrência pela utilização do espaço marítimo está cada vez mais acirrada e tanto a vida selvagem como as atividades humanas que dependem do mar sofrem as consequências dos danos ambientais e da perda de diversidade.

A Comissão Europeia procura assegurar a continuidade da exploração dos recursos marinhos de forma rigorosamente sustentável e que permita o desenvolvimento do rico património marítimo da Europa, partindo da premissa de que a proteção do ambiente e o crescimento económico estão interligados, são interdependentes e não são incompatíveis.

Ainda que a política comum das pescas reformada continue a constituir a pedra angular de uma pesca racional e equilibrada, a nossa abordagem integrada do «sistema» marinho visa dar uma resposta coerente aos múltiplos desafios que os mares da Europa enfrentam nos nossos dias: da poluição à sobrepesca, da urbanização à erosão costeira, da proteção à segurança. Neste contexto, tendo em vista o desenvolvimento compatível com o ambiente da economia marítima europeia, facilitamos a cooperação intersetorial e transfronteiriça entre todos os intervenientes neste domínio, adaptamos o modelo de gestão a cada bacia marítima e, sempre que pertinente, fornecemos ferramentas comuns suscetíveis de ajudar os países da União a desenvolver estratégias nacionais modernas e adequadas.

PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS (2011) (PESCA E AQUICULTURA)

(volume em toneladas de peso vivo e percentagem do total)

Total	177 632 194	100%
China	65 903 381	37,1%
Indonésia	13 601 723	7,7%
Índia	8 879 499	5,0%
Peru	8 346 461	4,7%
UE-28	6 143 294	3,5%
Estados Unidos	5 559 838	3,1%
Vietname *	5 555 000	3,1%
Filipinas	4 971 799	2,8%
Japão *	4 755 093	2,7%
Chile	4 436 484	2,5%
Rússia	4 391 154	2,5%
Mianmar	4 150 091	2,3%
Noruega	3 572 608	2,0%
Coreia do Sul	3 260 930	1,8%
Bangladeche	3 124 677	1,8%
Tailândia	2 868 436	1,6%

* Estimativa da FAO.

Fontes: Eurostat e Eumofa para a UE-28 e FAO para os restantes países.

A maior parte das capturas faz-se no oceano Atlântico Oriental e no mar Mediterrâneo.

Estratégia da União Europeia

Sendo o mar, por si só, um sistema elaborado, que a multiplicidade de atividades humanas a ele associadas torna ainda mais complexo, a Comissão está a avançar em diversas frentes ao mesmo tempo. Assim, a Comissão reformulou a política comum das pescas, limitando as capturas a níveis determinados por cientistas, definindo planos a longo prazo com vista à recuperação das unidades populacionais de peixes mais depauperadas e suprimindo gradualmente as devoluções, com recurso a uma série de ferramentas e soluções técnicas. A gestão é adaptada a cada bacia marítima e região. Quando os pescadores da União Europeia pescam nas águas de países terceiros, fazem-no no respeito de margens cientificamente seguras e só depois de as populações locais terem satisfeito as suas necessidades de produtos do mar.

Estabelecemos como prioridade o aprofundamento dos nossos conhecimentos não só sobre o estado das unidades populacionais (indispensáveis para a tomada de decisões de gestão) como sobre o mar em geral: as suas profundezas, os seus organismos vivos, os seus sedimentos, as suas correntes, etc. Estamos a criar as condições para que todas as autoridades de vigilância possam partilhar dados em tempo real e, dessa forma, aumentar a eficácia das operações de resgate e da luta contra a criminalidade. Entretanto, foi já definido um quadro jurídico para que os países da União planifiquem a utilização do espaço marítimo ou utilizações múltiplas do mesmo espaço.

Estão em atividade na Europa quase 100 000 embarcações de pesca.



A União Europeia promove a pesca sustentável.

Ao nível internacional, através das suas relações bilaterais, a União Europeia promove os princípios da pesca sustentável, da proteção da biodiversidade e da boa governação, conferindo-lhes uma projeção mundial. Foi a União que promoveu a recuperação das unidades populacionais de atum-rabilho e a luta à escala mundial contra a pesca ilegal. No que respeita mais especificamente à pesca ilegal, a UE utiliza não só todo o seu peso político, mas também o peso do seu mercado, recusando-se a importar produtos que não respeitem as regras internacionais.

Como é evidente, a transição para uma pesca sustentável e a criação de uma economia azul inteligente requerem investimentos; a Comissão presta apoio financeiro adequado à consecução destes objetivos. Entre 2014 e 2020, a Comissão consagrará 6 500 milhões de euros ao financiamento de projetos que sejam transversais ao domínio marítimo e promovam a diversificação, a inovação e o crescimento sustentável (ver igualmente «Próximas etapas»).

CAPTURAS TOTAIS POR ESTADO-MEMBRO (2011)

(volume em toneladas de peso vivo e percentagem do total)

Espanha	860 030	17,59%	
Dinamarca	738 846	15,11%	
Reino Unido	599 523	12,26%	
França	443 549	9,07%	
Países Baixos	364 964	7,46%	
Alemanha	224 592	4,59%	
Portugal	214 779	4,39%	
Itália	212 730	4,35%	
Irlanda	206 177	4,22%	
Suécia	179 836	3,68%	
Polónia	169 593	3,47%	
Letónia	156 130	3,19%	
Lituânia	137 063	2,80%	
Finlândia	119 686	2,45%	
Estónia	77 942	1,59%	
Croácia	70 534	1,44%	
Grécia	62 847	1,29%	
Bélgica	22 191	0,45%	
Bulgária	8 956	0,18%	
Hungria (*)	6 216	0,13%	
República Checa (*)	3 990	0,08%	
Roménia	3 254	0,07%	
Malta	1 920	0,04%	
Eslováquia (*)	1 608	0,03%	
Chipre	1 163	0,02%	
Eslovénia	719	0,01%	
Áustria (*)	350	0,01%	
Total da UE-28	4 889 188	100,00%	

* Dados de 2010.
N.B.: Não pertinente para o Luxemburgo.
Fonte: Eurostat.

Quatro países (Espanha, Dinamarca, Reino Unido e França) representam quase metade das capturas da União Europeia.

CAPTURAS TOTAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS (2011)

(volume em toneladas de peso vivo e percentagem do total)

China	16 046 114	17,02%	
Peru	8 254 261	8,75%	
Indonésia	5 713 101	6,06%	
Estados Unidos	5 162 997	5,47%	
UE-28	4 889 188	5,18%	
Índia	4 301 534	4,56%	
Rússia	4 261 503	4,52%	
Japão *	3 848 955	4,08%	
Chile	3 466 945	3,68%	
Mianmar	3 332 979	3,53%	
Vietname	2 502 500	2,65%	
Noruega	2 433 811	2,58%	
Filipinas	2 363 679	2,51%	
Tailândia	1 862 151	1,97%	
Coreia do Sul	1 761 785	1,87%	
Bangladeche	1 600 918	1,70%	
México	1 571 437	1,67%	
Malásia	1 378 799	1,46%	
Islândia	1 154 199	1,22%	
Marrocos	964 704	1,02%	
Taiwan	903 892	0,96%	

* Estimativa da FAO.
Fontes: Eurostat para a UE-28.
FAO para os restantes países.

O que faz a União Europeia

Transição para uma pesca sustentável: a reforma da política comum das pescas

A nova política comum das pescas entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014. O seu objetivo geral é tornar a pesca sustentável, em termos ambientais, económicos e sociais. Para tal, é necessário permitir que as unidades populacionais de peixes recuperem, acabar com os desperdícios, dar condições ao setor e expandir o setor da aquicultura.

Por pesca sustentável entende-se a manutenção da pesca em níveis que não prejudiquem a capacidade de as populações de peixes se reproduzirem. Com o tempo, a existência de unidades populacionais mais saudáveis permitirá proporcionar melhores rendimentos e reduzir o tempo e o esforço (e o combustível!) necessários para pescar; em vez de pescar desesperadamente unidades populacionais depauperadas, poderemos pescar racionalmente unidades populacionais abundantes. Esta evolução deverá proporcionar nova prosperidade ao setor das pescas e pôr termo à sua vulnerabilidade a fatores externos, assim como à sua dependência das subvenções públicas. Por outro lado, os cidadãos poderão contar com estabilidade no abastecimento de produtos saudáveis e ricos em proteínas e estar seguros quanto à sua origem.

Uma outra vertente essencial da política comum das pescas, a par dos objetivos de sustentabilidade, é o calendário para a eliminação das devoluções, ou seja, da prática

que consiste em devolver ao mar os peixes capturados involuntariamente. Os prazos variam em função da pescaria e da bacia marítima, tendo a proibição início em 2015 com os peixes pelágicos, ou seja, os que vivem nas camadas superiores da coluna de água, e tornando-se aplicável a todas as espécies em 2020. Para simplificar e localizar a gestão e adaptá-la às especificidades regionais, os países podem tomar as medidas de conservação que considerarem adequadas ao abrigo da legislação da União; este processo tem em devida conta o saber fazer do setor e o papel fundamental que este desempenha na gestão eficaz dos recursos marinhos. As abordagens baseadas no mercado permitem às organizações de pescadores conquistar uma posição mais forte no mercado e obter mais rendimentos pelo peixe que capturam. De qualquer forma, a visão a mais longo prazo dos planos de recuperação das unidades populacionais de peixes, que se prolongam por vários anos, contribui para melhorar a previsibilidade do mercado e facilitar, por conseguinte, o investimento e a planificação.

Entretanto, a estratégia subjacente à reforma consiste em promover a diversificação dos rendimentos, apoiar os pequenos operadores e expandir o setor da aquicultura, enquanto complemento de alta qualidade da pesca de peixes selvagens. Quando pescam fora das águas da União Europeia os pescadores europeus estão obrigados a observar as mesmas regras de sustentabilidade que nas águas da União, ou seja, não podem ultrapassar limites de capturas definidos com base em critérios científicos, nem a sua pesca pode prejudicar as frotas locais.

Além disso, dado que é essencial dispor de informações fiáveis e exaustivas sobre o estado dos recursos marinhos para fundamentar decisões de boa gestão, os países da União são agora obrigados a recolher e partilhar dados científicos sobre as unidades populacionais de peixes e sobre o impacto da pesca nas bacias marítimas.

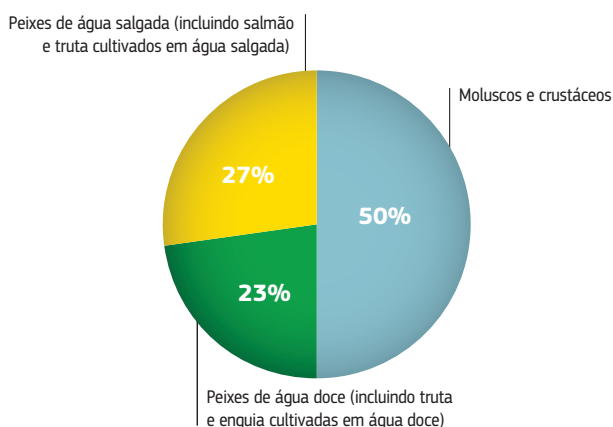
A existência de unidades populacionais mais saudáveis, e de um tecido económico mais diversificado nas zonas costeiras, favorece um bom desempenho económico, um crescimento inclusivo e uma maior coesão nas zonas costeiras, e, por conseguinte, contribui para a consecução dos objetivos da estratégia «Europa 2020» para o crescimento económico.

Para mais informações sobre a reforma, consulte o sítio *web* da reforma da política comum das pescas:

http://ec.europa.eu/fisheries/reform/index_pt.htm.

PRODUÇÃO AQUÍCOLA DA UNIÃO EUROPEIA POR TIPO DE PRODUTO (2011)

(percentagem do volume total)



Fontes: Eurostat e Eumofa.

A aquicultura representa cerca de 20% da produção pesqueira da União Europeia.

Crescimento azul: crescimento marinho e marítimo sustentável

Para superar a crise, a Europa necessita do contributo de todos os setores da sua economia. Neste contexto, os setores marinho e marítimo (a «economia azul») têm um papel a desempenhar, uma vez que representam 5,6 milhões de empregos e um valor acrescentado bruto de 495 000 milhões de euros por ano.

No entanto, muitos mais postos de trabalho podem ser criados nestes setores, desde que se invista nos domínios certos, no momento certo. É isso que a estratégia «Crescimento azul» da Comissão procura fazer. Com efeito, a Comissão identificou os setores mais promissores, os investimentos mais vantajosos, os comboios, digamos assim, que a Europa deve apanhar antes que outros o façam. Estes setores vão desde os já tradicionais, como o turismo marítimo (183 000 milhões de euros anuais de valor acrescentado bruto) ou a aquicultura, a setores ainda em desenvolvimento, como a biotecnologia marinha (valor acrescentado bruto de 14 100 milhões de euros), passando por setores que estão agora a dar os primeiros passos, como a extração mineira no alto mar e a energia oceânica. O potencial de emprego de todos estes setores afigura-se enorme.

Prevê-se que o turismo registre um crescimento médio anual de 2% a 3% (no caso do setor dos cruzeiros, este valor deverá ser de 60% na presente década, gerando 100 000 novos empregos), a exploração da energia renovável oceânica aumente dez vezes até 2020 (o setor eólico marítimo deverá crescer fortemente, de 35 000 empregos em 2010 para 170 000 empregos em 2020) e o volume de negócios da extração mineira no alto mar conheça igualmente um crescimento sem precedentes nos próximos 10 anos.

A Comissão pretende prestar orientação e facultar um quadro jurídico para os governos da União Europeia

acompanharem este crescimento de forma inteligente e dele colherem todos os benefícios o mais rapidamente possível, sem, contudo, prejudicarem o ambiente. O «crescimento azul» pode representar uma diferença real, concreta e positiva para a economia e, por conseguinte, para os cidadãos da Europa. Apresentam-se em seguida algumas, embora não todas, as ferramentas que a Comissão Europeia coloca à disposição dos países da União Europeia para a construção de um futuro melhor.

As melhores estruturas de governação: estratégias baseadas nas bacias marítimas

Quando olhamos para a Terra a partir do espaço, não vemos fronteiras nacionais nem regionais, mas apenas terra e mar, sendo por isso fácil compreender que as pessoas que vivem em torno de uma bacia marítima possam ter muito em comum. A nossa política marítima está centrada nas bacias marítimas. Ao agrupar os intervenientes, as estratégias baseadas nas bacias marítimas visam, precisa e diretamente, as necessidades dos operadores e das pessoas no terreno. Reúnem financiamento de diferentes países e diversas fontes para objetivos definidos por comum acordo. Têm objetivos sociais claros, como o emprego, a acessibilidade e a qualidade de vida, como o demonstra a estratégia para o mar Báltico, uma das mais avançadas neste domínio.

Uma estratégia para uma bacia marítima específica coloca em pé de igualdade a administração da União Europeia, os governos nacionais, as autoridades locais, os operadores, a indústria e as organizações não governamentais (ONG), que trabalham em parceria para assegurar resultados coerentes que beneficiem as populações e o ambiente da bacia em causa. Não são necessários recursos financeiros suplementares, uma vez que se trata simplesmente de um mecanismo que

A União Europeia é membro da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico.



O Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas contribuirá para melhorar a qualidade de vida nas regiões costeiras da Europa.



© European Union/Catrin Owen

visa garantir a aplicação coerente dos fundos existentes, no âmbito de uma estratégia a longo prazo, e assegurar efeitos melhores e mais diversificados. Por outras palavras, trata-se de um exercício de gestão inteligente.

Planificar a utilização do espaço marítimo tão cuidadosamente quanto a do espaço terrestre: ordenamento do espaço marítimo

A par do novo impulso que a globalização conferiu ao transporte marítimo, aos portos e à construção naval, estão a surgir novas formas de utilização dos mares, como os parques eólicos, as explorações aquícolas e as plataformas de extração de minérios. Esta intensificação da atividade gera competição pelo espaço e uma potencial degradação do ambiente marinho. Sem coordenação, a ambiguidade subjacente à interação entre políticas pode atrasar projetos, tornar o retorno dos investimentos menos seguro ou obrigar a batalhas jurídicas onerosas. Por exemplo, enquanto a construção de um parque eólico na fronteira entre dois Estados pode ser mais eficaz e mais positiva em termos ambientais do que a construção de dois parques eólicos em locais distintos e mais vulneráveis, a imposição de um afastamento das rotas de navegação em relação a zonas protegidas reduz o risco de catástrofes ambientais. Estes são apenas alguns dos exemplos que ilustram a necessidade de coordenação.

Por este motivo, foi definido um quadro jurídico para o ordenamento do espaço marítimo e costeiro, de modo

a que os países da União possam planificar a utilização destes espaços ou utilizações múltiplas do mesmo espaço. Através da participação transparente e coletiva de todos os intervenientes, o quadro para o ordenamento do espaço marítimo da União estabelece um conjunto de regras estáveis e equitativas em prol do desenvolvimento e do crescimento de todas as atividades marítimas. Aliás, já ficou demonstrado que esta ferramenta acelera os investimentos e reduz os custos jurídicos e administrativos das empresas.

Controlar o tráfego marítimo como controlamos o tráfego aéreo: vigilância marítima integrada

A compartimentação conduz, com frequência, à duplicação. As entidades responsáveis pela vigilância marítima que controlam o tráfego comercial são distintas das que investigam o tráfego ilegal. Contudo, na era digital, não há qualquer razão para que estas autoridades não partilhem informações. Graças ao apoio da União Europeia, foram desenvolvidas soluções técnicas que permitem melhorar o fluxo de informações entre as autoridades marítimas, prevenindo, simultaneamente, o acesso não autorizado. Deste modo, as autoridades estão mais bem equipadas para combater a criminalidade e proteger os navios mercantes e os navios de pesca de eventuais ameaças. As autoridades passarão igualmente a unir forças nas intervenções, melhorando não só as atividades de controlo, mas também as operações de resgate. Este tipo de integração permite igualmente uma melhor utilização dos recursos públicos.



© iStockphoto/swetta

A «economia azul» europeia assegura mais de cinco milhões de postos de trabalho.

A ciência e nós: «Conhecimento do Meio Marinho 2020»

Diz-se com frequência que sabemos mais sobre a superfície da lua do que sobre as profundezas dos oceanos. É um facto que o nosso conhecimento do mar não só está cheio de lacunas como provém de uma multiplicidade de fontes que, para além de incompletas, são por vezes incompatíveis.

O «Conhecimento do Meio Marinho 2020» agrupa dados coerentes e de qualidade sobre o meio marinho, que são colocados gratuitamente à disposição do público. Já elaborámos um primeiro mapa digital dos nossos

A estratégia para o mar Báltico é uma história de sucesso da União Europeia, que uniu vários países em torno de objetivos comuns.



© iStockphoto/Guenther Dr. Hollaender

fundos marinhos e estamos a trabalhar com cientistas e engenheiros europeus para reunir os dados existentes, a fim de compreendermos melhor os mares e oceanos.

Os empresários necessitam de dados para desenvolver os seus projetos e aumentar a sua competitividade, mas o livre acesso aos dados não deve ser exclusivo dos profissionais. É necessário democratizar o conhecimento, de modo a que o cidadão comum possa participar na tomada de decisões sobre a orla costeira e os mares.

Apoiar a mobilidade e as perspetivas de carreira em todos os setores

Presentemente, os setores marítimos não conseguem encontrar pessoal suficiente com as qualificações, competências e experiência adequadas. A crescente escassez de profissionais do mar e oficiais e marítimos da mestrança e marinhagem dificulta a expansão das indústrias marítimas na Europa, o que é particularmente inaceitável num período de elevado desemprego. A nossa política marítima procura superar desafios como o da formação exclusiva por setor (por exemplo, na pesca), o da escassez de oportunidades de mobilidade e o da insegurança de emprego.

Para tornar os empregos marítimos mais atrativos, a Comissão pretende aumentar a mobilidade entre setores e entre países e prestar uma maior atenção às competências que serão necessárias no futuro, mais do que às atualmente necessárias.

Próximas etapas

Um instrumento financeiro moderno e adequado

Paralelamente à reforma da política comum das pescas, foi criado um novo fundo destinado a apoiar o domínio marítimo na União Europeia no período 2014-2020 (o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas) com um orçamento de 6 500 milhões de euros. Este novo fundo substitui o Fundo Europeu das Pescas e uma série de outros fundos de menor importância, que, doravante, ficam reunidos num único instrumento. A burocracia conexas foi reduzida para permitir que os beneficiários acedam mais facilmente ao financiamento.

O Fundo pretende contribuir para a realização do ambicioso objetivo de reformar a política comum das pescas. À medida que exercemos menos pressão nas unidades populacionais de peixes, dando-lhes tempo para recuperar, as comunidades dependentes da pesca passam a necessitar de apoio para fazer face à transição, bem como para completar os seus rendimentos. O Fundo ajuda os operadores a modernizar a sua forma de pescar, assim como a encontrar meios de acrescentar valor às capturas ou atividades alternativas à pesca: por exemplo, os operadores podem optar por substituir as suas redes por redes mais seletivas, a fim de reduzir as capturas acessórias, ou desenvolver novas tecnologias suscetíveis de reduzir o impacto da aquicultura no ambiente.

Por outras palavras, são elegíveis para financiamento pelo Fundo projetos que fomentem a inovação e a diversificação económica, criem novos postos de trabalho ou melhorem a qualidade de vida. No passado, as iniciativas da base para o topo em áreas como a transformação, a restauração ou o turismo deram excelentes resultados, pelo que este tipo de iniciativas é vivamente incentivado. No âmbito do Fundo, presta-se particular atenção e há um reforço da ajuda aos pescadores artesanais, aos jovens pescadores e à pesca local.

O Fundo visa ainda o desenvolvimento sustentável da aquicultura europeia, agraciando a inovação e promovendo novas vertentes, como a aquicultura não destinada à alimentação. O Fundo pretende ainda melhorar a recolha de dados e os programas de controlo, a fim de assegurar o cumprimento das regras da pesca responsável e sustentável.

Contudo, o Fundo não é apenas um catalisador para a sustentabilidade e o bom desempenho económico, mas também um veículo para pôr em prática a agenda social da Comissão. Os cônjuges, que frequentemente desempenham um papel fundamental na empresa de pesca familiar, podem agora também obter apoio para formação ou para outras atividades económicas relacionadas com a pesca. As organizações de produtores obtêm apoio para planificar a produção e a comercialização dos seus produtos de forma que corresponda às expectativas de um público cada vez mais informado.



A procura de produtos do mar aumenta incessantemente.



© iStockphoto/Ekaterina Krasnikova

A aquicultura emprega cerca de 65 000 pessoas na União Europeia.

Para além da pesca, são igualmente contemplados projetos científicos, como a realização de uma cartografia digital de alta resolução dos fundos marinhos europeus ou a colocação de dados científicos à disposição das empresas e investigadores de toda a Europa. Presta-se a máxima atenção a projetos que contribuam para evitar duplicações e reduzir custos através da cooperação e coordenação intersectorial, nomeadamente no domínio do ordenamento do espaço marítimo, da vigilância marítima integrada e do conhecimento do meio marinho.

O Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas é utilizado para cofinanciar projetos com Estados-Membros, de acordo com o princípio da «gestão partilhada». Neste contexto, cada governo nacional elabora um programa operacional para o período em causa, no qual especifica de que forma tenciona despende a verba que lhe foi atribuída. Depois de o programa ser aprovado pela Comissão, o Estado-Membro seleciona os projetos a financiar. Tanto a elegibilidade dos projetos como a execução do programa são determinados pelo Estado-Membro em causa e pela Comissão.

AS 15 PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS PELA UNIÃO EUROPEIA (2011)

(volume em toneladas de peso vivo e percentagem do total)

Arenque	509 951	10,46%	
Espadilha	413 415	8,48%	
Sarda	376 333	7,72%	
Galeota	335 023	6,87%	
Sardinha	307 963	6,31%	
Carapau	159 756	3,28%	
Bacalhau	146 634	3,01%	
Chicharro	133 531	2,74%	
Biqueirão	126 115	2,59%	
Sardinela-lombuda	123 600	2,53%	
Gaiado	121 056	2,48%	
Atum-albacora	102 132	2,09%	
Tintureira	100 270	2,06%	
Pescada	85 256	1,75%	
Solha	82 668	1,70%	

Fonte: Eurostat.

O arenque-do-atlântico e a espadilha são as espécies mais capturadas na União Europeia.

Mais informações

- ▶ **Reforma da política comum das pescas:** http://ec.europa.eu/fisheries/reform/index_pt.htm
- ▶ **Política marítima integrada:** http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/index_pt.htm
- ▶ **Atlas europeu dos mares:** http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/atlas/index_pt.htm

